

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

“A liberdade medieval”, disse o historiador Lord Acton, “difere da moderna nisto: a primeira depende de propriedade”. Mas a diferença é certamente uma diferença apenas em grau, não em espécie. O dinheiro pode ter menos influência num tribunal moderno do que num tribunal medieval. Mas e fora do tribunal? Fora, é verdade, estou legalmente livre para trabalhar ou não trabalhar, como eu bem escolher, porque não sou um servo. Estou legalmente livre para viver aqui em vez de lá, porque não estou preso à terra. Eu sou livre, dentro de limites razoáveis, para me divertir como eu bem quiser. Estou legalmente livre para casar-me com qualquer pessoa; nenhum lorde me obriga a casar-me com uma garota ou viúva da mansão senhorial. A lista de todas as minhas liberdades legais ocuparia páginas e mais páginas datilografadas. Ninguém, em toda a história, foi tão livre quanto eu sou agora.

Mas vejamos o que acontece se eu tento fazer uso da minha liberdade legal. Não sendo um servo, eu resolvo parar de trabalhar; como resultado, começo a passar fome na próxima segunda-feira. Não sendo ligado à terra, eu opto por viver em Grosvenor Square e Taormina; infelizmente, o aluguel da minha casa em Londres equivale ao quíntuplo da minha renda anual. Não sendo submetido às perseguições de intrometidos eclesiásticos, eu decido que seria agradável levar uma jovem ao hotel Savoy para desfrutarmos de um jantar; mas não tenho roupas adequadas, e acabo gastando mais no entretenimento da minha noite do que consigo ganhar em uma semana.

Todas as minhas liberdades legais acabam sendo, na prática, tão estreitamente dependentes de propriedade como eram as liberdades dos meus antepassados medievais. Os ricos podem comprar vastas quantidades de liberdade; os pobres precisam se virar sem ela, muito embora, por lei e teoricamente, eles tenham tanto direito à mesma quantidade de liberdade quanto têm os ricos.

Aldous Huxley. *Apontamentos sobre a liberdade e as fronteiras da terra prometida*. In: *Música na noite e outros ensaios*. Tradução: Rodrigo Breunig. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2014 (com adaptações).

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 1 Dada a relação de contraste estabelecida entre as duas primeiras orações do último período do texto, seria coerente e gramaticalmente correto inserir, entre vírgulas, a expressão **não obstante** logo após “pobres”.
- 2 A ideia principal do texto, cujo autor defende que a liberdade moderna é mais ampla que a medieval, pode ser sintetizada na afirmação “Ninguém, em toda a história, foi tão livre quanto eu sou agora” (último período do primeiro parágrafo).
- 3 No segundo parágrafo, as orações “Não sendo um servo” (segundo período), “Não sendo ligado à terra” (terceiro período) e “Não sendo submetido às perseguições de intrometidos eclesiásticos” (quarto período) expressam circunstância de concessão nos respectivos períodos em que aparecem.
- 4 No segundo período do primeiro parágrafo, o emprego do vocábulo “certamente” evidencia que o autor do texto concorda com a opinião do historiador Lord Acton reproduzida no primeiro período, considerando-a indubitável.
- 5 Uma das estratégias argumentativas empregadas pelo autor é o estabelecimento do contraste entre a dimensão teórica e a dimensão concreta da liberdade, sendo a dimensão concreta indicada por meio de expressões como “fazer uso” (primeiro período do segundo parágrafo) e “na prática” (primeiro período do terceiro parágrafo).
- 6 O vocábulo “como” apresenta o mesmo valor semântico no trecho “como eu bem escolher” (quinto período do primeiro parágrafo) e no trecho “como eram as liberdades dos meus antepassados medievais” (primeiro período do terceiro parágrafo).

- 7 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais do texto, o vocábulo ‘difere’ (primeiro período do texto) poderia ser substituído por **diferencia-se**.
- 8 Ao empregar a primeira pessoa do plural em “desfrutarmos” (último período do segundo parágrafo), o autor se aproxima do leitor do texto, incluindo-o, ainda que de modo indireto, na ação expressa por esse vocábulo.

De: Fulano de Tal

Assunto: Alteração do horário das reuniões mensais de alinhamento

Prezados colegas,

Comunico a todos a alteração do horário de realização de nossas reuniões mensais de alinhamento: a partir deste mês, elas ocorrerão às 14 horas, e não mais às 15 horas.

Abraços,

Fulano de Tal
Coordenador

(61)XXXX-XXXX

Considerando que o texto precedente seja um *email* profissional enviado por um coordenador aos colaboradores hierarquicamente subordinados a ele em determinado órgão público, julgue o próximo item, com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 9 O campo “Assunto”, diferentemente do fecho e da assinatura, está em conformidade com o disposto no referido manual acerca do uso de *email* como comunicação oficial.

O afrouxamento da severidade penal no decorrer dos últimos séculos, fenômeno bem conhecido dos historiadores do direito, foi visto, durante muito tempo, de forma geral, como se fosse fenômeno quantitativo: menos sofrimento, mais suavidade, mais respeito e “humanidade”. Na verdade, tais modificações se fazem concomitantes ao deslocamento do objeto da ação punitiva. Redução de intensidade? Talvez. Mudança de objetivo, certamente.

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.

Michel Foucault. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1999 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente.

- 10 Nas relações coesivas do último período, o termo “castigo” substitui, por sinonímia, o vocábulo “expiação”.
- 11 Por meio de diferentes recursos linguísticos, o autor do texto expressa dúvida em relação à redução da intensidade da severidade penal no decorrer dos últimos séculos e ao caráter humanitário atribuído ao afrouxamento dessa severidade.
- 12 O deslocamento mencionado pelo autor no primeiro parágrafo é explicitado no segundo parágrafo, na resposta que, segundo ele, está “inscrita na própria indagação”.
- 13 No último período do texto, o termo “castigo” é o núcleo do sujeito da oração expressa pela forma verbal “deve suceder”.
- 14 No primeiro período do segundo parágrafo, a flexão da forma verbal “se exerce” na terceira pessoa do singular justifica-se por sua concordância com o termo “corpo”, que é o referente do sujeito elíptico da oração em que a referida forma verbal ocorre.

P: Se o condenado não for reincidente em crime doloso, tiver bons antecedentes e tiver cumprido mais de um terço da pena, pedirá o livramento condicional.

Com base na proposição P precedente, julgue os itens que se seguem, considerando apenas os aspectos atinentes à lógica sentencial da proposição.

- 15 Identificando-se os elementos constitutivos da proposição P que são chamados de precedente e de consequente, verifica-se que a negação do precedente de P é equivalente a: “o condenado é reincidente em crime doloso, tem maus antecedentes e cumpriu menos de um terço da pena”.
- 16 A tabela-verdade associada à proposição P possui mais de 15 linhas.
- 17 Se P for falsa, então o condenado não pedirá o livramento condicional.

Considere que, em sede de juízo de admissibilidade pela autoridade competente, o pedido de livramento condicional somente seja deferido caso o condenado cumpra três requisitos: não ser reincidente em crime doloso, ter bons antecedentes e ter cumprido mais de um terço da pena. Para avaliação da possibilidade de livramento condicional, um levantamento realizado entre os 300 condenados cumprindo pena em certa unidade prisional revelou que:

- 220 condenados não são reincidentes em crime doloso;
- 180 têm bons antecedentes;
- 160 cumpriram mais de um terço da pena;
- 170 não são reincidentes em crime doloso e têm bons antecedentes;
- 150 não são reincidentes em crime doloso e cumpriram mais de um terço da pena;
- 130 têm bons antecedentes e cumpriram mais de um terço da pena.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 18 As informações fornecidas são suficientes para se concluir que no momento do levantamento todos os condenados cumpriam pelo menos um dos três requisitos mencionados.
- 19 Selecionando-se ao acaso um dos condenados da unidade prisional, a probabilidade de que ele seja reincidente em crime doloso ou não tenha bons antecedentes é inferior a 40%.

Com base no disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público — Decreto n.º 1.171/1994 — e na Lei de Conflito de Interesses — Lei n.º 12.813/2013 —, julgue os itens a seguir.

- 20 Não se submetem ao regime da Lei n.º 12.813/2013 os ocupantes de cargo ou emprego público de natureza especial e os que estiverem em período de afastamento.
- 21 Compete à Comissão de Ética Pública atuar em situação de conflito de interesses que envolva diretores de autarquias e fundações públicas.
- 22 Suponha que determinado servidor público, no exercício de suas funções, tenha deixado de utilizar recursos disponíveis de inteligência artificial institucionalmente autorizados. Nessa situação, a conduta praticada pelo servidor público pode configurar violação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público.
- 23 A consolidação da moralidade do ato administrativo tem como premissa o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade da conduta praticada pelo servidor público.

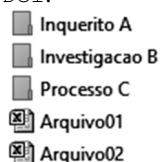
Acerca do regime disciplinar dos servidores públicos federais — Lei n.º 8.112/1990 — e da Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, julgue os itens que se seguem.

- 24 A conduta de, com ciência da inocência do denunciado, representar contra determinado agente público por ato de improbidade administrativa é penalmente tipificada como crime, punível com detenção, sem prejuízo do dever civil de reparação por danos materiais, morais ou à imagem.
- 25 A pena de destituição do cargo em comissão é aplicável ao servidor público que praticar, entre outras condutas, insubordinação grave em serviço, circunstância que incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de 5 anos.
- 26 No âmbito da Lei n.º 8.112/1990, as ações para a apuração de infrações disciplinares praticadas por servidores públicos federais puníveis com demissão, suspensão ou cassação de aposentadoria prescrevem em 5 anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir da data de cometimento do ilícito.
- 27 Aplicam-se também as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa em casos de prática de ato de improbidade administrativa por pessoa jurídica sancionado como ato lesivo à administração pública no contexto da Lei Anticorrupção.

Espaço livre

Julgue os próximos itens, relativos a ambiente Windows, segurança da informação e redes de computadores.

- 28 No *backup* incremental, somente os dados modificados desde o último *backup* são copiados; essa estratégia de *backup* é mais rápida que a do *backup* diferencial, na qual são copiados somente os dados recém-adicionados e alterados desde o último *backup* completo.
- 29 O *firewall* é mais eficaz que um antivírus para a proteção contra cavalos de troia e *ransomware*, pois cada pacote de dados que trafega na rede é analisado pelo *firewall*, de modo a proteger o computador contra *softwares* maliciosos.
- 30 No Google Chrome, a verificação das credenciais do usuário consiste no processo de descryptografia da credencial, que, em seguida, é enviada ao Google para comparação com uma lista armazenada contendo dados que foram violados.
- 31 Considere a figura a seguir, que ilustra o conteúdo do diretório Meus Documentos de um computador com Windows 11, consistindo de três pastas e dois arquivos. Nesse caso, para excluir os dois arquivos, mantendo-se as três pastas no diretório, é suficiente selecionar Meus Documentos e teclar Del.



- 32 Ainda que aplicativos potencialmente indesejados (PUA) não sejam tecnicamente considerados vírus, o Microsoft Defender Antivírus detecta esses aplicativos e permite que se bloqueie qualquer tentativa de baixá-los, movê-los, executá-los ou instalá-los.
- 33 A funcionalidade Desfragmentar e Otimizar Unidades do Windows 11 permite configurar a memória virtual do computador para melhorar o seu desempenho, ou seja, permite otimizar o espaço em disco rígido e aumentar a disponibilidade da RAM instalada no computador.
- 34 O Microsoft Defender SmartScreen permite que, utilizando-se o Microsoft Edge, se navegue em *sites* na Internet com mais segurança: ele alerta o usuário sobre páginas da *web* suspeitas e verifica uma lista dinâmica de *sites* de *phishing* e *software* malicioso previamente relatados.

Julgue os itens seguintes com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- 35 A vedação constitucional à acumulação de cargos públicos é afastada na hipótese de um dos vínculos estatutários ter sido estabelecido anteriormente à promulgação da CF, ainda que haja incompatibilidade de horários.
- 36 É assegurado ao preso o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, exceto quando esta ocorrer no âmbito de operação sigilosa autorizada por autoridade competente.
- 37 A dignidade da pessoa humana, além de ser um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, orienta a interpretação e aplicação das normas constitucionais relativas aos direitos individuais.
- 38 As normas constitucionais de eficácia plena e de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, são irrevogáveis e não admitem restrições por normas infraconstitucionais.
- 39 A CF assegura aos entes federativos autonomia política e administrativa, sendo vedado à União intervir nos estados ou no Distrito Federal, exceto nas hipóteses taxativamente previstas no texto constitucional.

Com base nas disposições da CF e no entendimento do STF, julgue os itens que se seguem.

- 40 O Senado Federal possui competência exclusiva para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, exercendo tal controle diretamente, sem necessidade de manifestação da Câmara dos Deputados.
- 41 Compete privativamente ao presidente da República manter relações com Estados estrangeiros, celebrar tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional, bem como exercer o comando supremo das Forças Armadas.
- 42 A Polícia Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem como atribuição o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária da União.

Acerca de organização administrativa e agentes públicos, julgue os itens a seguir.

- 43 Há possibilidade de redistribuição, de ofício, de cargo efetivo ocupado, com vistas ao ajustamento de lotação e força de trabalho às necessidades do serviço.
- 44 Como a instituição de empresa pública depende de autorização por lei específica, não há necessidade de novo ato legislativo para a criação de subsidiárias.

Julgue os seguintes itens, relativos a poderes administrativos, regime jurídico-administrativo e controle da administração pública.

- 45 A atividade do Estado que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público é considerado poder de polícia.
- 46 As decisões do Tribunal de Contas da União no controle externo da administração pública que resultem em imputação de débito ou multa têm eficácia de título executivo.
- 47 Uma vez que a administração pública somente pode exigir e fazer o que está previsto em lei, os princípios que a regem são também aqueles expressos em lei.

Em relação a acesso à informação, proteção de dados e processo administrativo federal, julgue os itens que se seguem.

- 48 O princípio da transparência do setor público veda que um pedido de acesso à informação de órgão público relativa a projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico seja negado, ressalvados os projetos de caráter militar.
- 49 Os prazos previstos no processo administrativo federal devem ser contados em dias úteis, cabendo ao administrado demonstrar a ocorrência de feriado local que impacte o prazo de recurso a instância superior.
- 50 Com base na Lei Geral de Proteção de Dados, considera-se relatório de impacto à proteção de dados pessoais a documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Considerando a normatização contábil no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 51** Ter potencial de gerar benefícios econômicos futuros é condição para reconhecimento de um ativo.
- 52** A identificação da pessoa que realizou o registro é requisito mínimo da escrituração contábil.
- 53** Impossibilidade de mensuração confiável é um fator que pode levar ao não reconhecimento de uma obrigação presente resultante de eventos passados.

A respeito da avaliação e mensuração de itens patrimoniais ativos e passivos, julgue os itens subsequentes.

- 54** Para a mensuração do valor justo, podem ser utilizadas técnicas baseadas em diferentes abordagens, tais como a de mercado, a de custo e a de receita, admitindo-se a utilização de mais de uma dessas abordagens para um mesmo item patrimonial.
- 55** Classificam-se como equivalentes de caixa os ativos circulantes cujo valor esteja sujeito a baixo risco de oscilação e que sejam facilmente conversíveis em um montante conhecido de caixa.
- 56** A obsolescência pode ser um fator de desclassificação de um ativo como estoque.
- 57** A taxa utilizada para que o valor de um ativo ou passivo retorne ao seu valor presente deve isolar os impactos fiscais e ser aplicada líquida desses efeitos.
- 58** Além de poder sofrer amortização, um ativo intangível deve ter seu valor recuperável reavaliado ao menos anualmente, ou quando houver indícios de que essa recuperação de valor possa estar comprometida.
- 59** Caso uma indústria utilize um maquinário composto por diversas partes de valor expressivo em relação ao valor total da máquina, é recomendável que se apure a depreciação da máquina e a contabilize, considerando-se o equipamento como um todo.

Em determinada entidade do setor público, foi adquirido material de consumo para uso nas atividades operacionais, tendo todas as transações ocorrido dentro de um exercício financeiro já encerrado: no mês de agosto, foi emitida a nota de empenho; em setembro, o material foi recebido e estocado pelo setor de almoxarifado; o pagamento ao fornecedor foi realizado no mês de outubro; e o material foi totalmente consumido no mês de novembro.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 63** Ocorreu uma variação patrimonial diminutiva no mês de setembro, quando o material foi estocado.
- 64** A despesa orçamentária foi contabilizada no mês de agosto, quando foi empenhada.

Espaço livre

indicador econômico-financeiro	20X2	20X1
liquidez corrente	1,620	1,620
liquidez seca	1,337	1,363
margem líquida	0,050	0,045
retorno sobre investimentos	0,092	0,087
composição das exigibilidades	0,744	0,761
exigibilidade geral	0,500	0,479
dado de balanço		
ativo total	R\$ 524.000	R\$ 472.000

Com base nas informações da tabela precedente, extraídas das demonstrações contábeis de certa entidade no período que se inicia no ano 20X1 e termina no ano 20X2, julgue os itens a seguir.

- 60** Os estoques cresceram mais de 12% entre os exercícios 20X1 e 20X2.
- 61** O uso de capitais de terceiros de curto prazo cresceu mais de 15% ao longo do período em análise.
- 62** A receita líquida cresceu menos de 8% no período analisado.

Julgue os itens subsequentes, em relação às características qualitativas da informação previstas na NBC T SP — Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

- 65** Informação muito complexa ou de difícil compreensão pelos usuários deverá ser excluída dos relatórios contábeis.
- 66** Para que a informação seja verificável, pode ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas.
- 67** Determinado limite quantitativo uniforme deve ser estabelecido para que uma informação seja considerada material.

No primeiro exercício financeiro já encerrado em uma entidade do setor público, os seguintes eventos foram contabilizados:

- aprovação da lei orçamentária anual no valor de R\$ 200 mil;
- lançamento de impostos no valor de R\$ 120 mil, tendo sido arrecadados R\$ 100 mil;
- empenho, liquidação e pagamento de despesas de folha no valor de R\$ 60 mil;
- empenho e liquidação de um veículo no valor de R\$ 80 mil, metade paga à vista e metade inscrita em restos a pagar;
- recebimento de um imóvel em doação no valor de R\$ 130 mil.

Considerando as informações precedentes, julgue os próximos itens, a respeito do fechamento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- 68** O resultado patrimonial do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais foi superavitário em R\$ 110 mil.
- 69** O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi deficitário em R\$ 40 mil.

Julgue os itens a seguir, acerca de procedimentos contábeis patrimoniais dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- 70** No caso de o governo adquirir, por meio de uma transação sem contraprestação, um terreno para o desenvolvimento de um estacionamento, seu custo deve ser mensurado pelo valor justo na data da aquisição.
- 71** Nenhuma divulgação deve ser feita quando uma provisão e um passivo contingente no setor público surgirem de um mesmo conjunto de circunstâncias.
- 72** Os ativos intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos, no setor público, ao custo.

À luz do disposto na NBC T SP 34, que trata do ambiente da informação de custos no setor público, julgue os itens que se seguem.

- 73** O direcionador de custo é o indicador que permite que se estabeleça a relação de causa e efeito para alocação dos custos indiretos.
- 74** Na identificação e segregação entre custos e perdas, estas devem ser atribuídas aos objetos de custos.

Julgue os itens que se seguem, relativos às normas tributárias gerais e ao tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.

- 75** Na contabilidade referente a um ente da administração pública federal, os valores retidos na fonte sobre serviços contratados de pessoas jurídicas, tais como IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, devem ser reconhecidos em contas de variação patrimonial diminutiva no momento da liquidação da despesa, independentemente do efetivo pagamento.
- 76** De acordo com o princípio da anterioridade nonagesimal, tributos majorados não devem ser cobrados imediatamente, exigindo-se um intervalo mínimo de 90 dias entre a publicação da lei que o majorou e o início da exigência do tributo, contudo essa regra não se aplica, por exemplo, aos impostos de importação, de exportação e sobre operações financeiras, cujas alíquotas podem ser alteradas com cobrança imediata.
- 77** Os órgãos da administração pública direta federal devem reter o ISS — um tributo de competência dos municípios e do Distrito Federal — quando contratarem serviços de vigilância, segurança ou monitoramento.
- 78** Embora não esteja previsto expressamente no Código Tributário Nacional como imposto, taxa ou contribuição de melhoria, a CSLL é um tipo de tributo constitucionalmente previsto e atende ao princípio da legalidade.

Espaço livre

A respeito das retenções na fonte em pagamentos feitos a pessoas jurídicas e físicas, julgue os itens subsequentes.

- 79** Por ser considerado salário indireto, o auxílio-alimentação pago em pecúnia a servidor público federal ativo da administração direta está sujeito à retenção do imposto de renda em folha de pagamento.
- 80** Não haverá retenção do IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS nos pagamentos realizados pela administração pública federal a pessoas jurídicas optantes do Simples Nacional, em relação às suas receitas próprias.
- 81** Se a Polícia Federal adquirir novos carros blindados de combate produzidos no Brasil, os valores referentes à retenção de IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS deverão ser recolhidos utilizando-se o código de arrecadação 8767, segundo a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012.
- 82** É indevida a retenção na fonte de IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP por órgãos da administração pública federal em pagamentos antecipados a pessoas jurídicas, quando o bem ainda não tiver sido entregue ou o serviço ainda não tiver sido prestado.
- 83** Nos termos da Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012, um ente da administração pública federal que realize um pagamento de aluguel de imóvel a uma pessoa física efetuará a retenção do IRRF.

Julgue os itens a seguir, acerca das normas previdenciárias e das obrigações acessórias do eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb.

- 84** Suponha que um servidor da administração pública federal, abrangido pelo regime próprio de previdência social (RPPS), exerça cargo administrativo e acumule a função de professor universitário em uma universidade privada, com compatibilidade de horário. Nesse caso, mesmo que o salário do servidor público federal ultrapasse o limite máximo do salário de contribuição (teto do INSS), esse segurado estará obrigado a contribuir para o regime geral de previdência social (RGPS).
- 85** Considere que a Polícia Federal contrate uma empresa de contabilidade para a prestação de serviços de treinamento, mediante cessão de mão de obra, durante dois meses, nas instalações da instituição. Considere, ainda, que as atividades sejam conduzidas por dois funcionários da empresa, devidamente registrados no conselho regional de contabilidade. Nessa situação, por se tratar de profissão regulamentada, os pagamentos mensais aos referidos funcionários não estarão sujeitos à retenção da contribuição previdenciária (INSS) de 11%, conforme a Instrução Normativa RFB n.º 2.110/2022.
- 86** A DCTFWeb deve ser elaborada com base nas informações prestadas no eSocial e na EFD-Reinf, ambos integrantes do Sped, bem como por meio do módulo de inclusão de tributos (MIT).

Com base nas normas NBC TASP e NBC TI, julgue os itens que se seguem.

- 87** No processo de avaliação das informações contábeis, a informação suficiente deve ser factual e convincente, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa compreendê-la do mesmo modo que o auditor interno.
- 88** São requisitos necessários e suficientes para o planejamento do trabalho da auditoria interna: o conhecimento detalhado dos sistemas contábil e de controles internos da organização e seu grau de confiabilidade, e o uso do trabalho de especialistas e de outros auditores.
- 89** O atributo de confiabilidade aplicado ao critério de auditoria caracteriza-se por seu caráter compreensível e por possibilitar conclusões claras e completas, sem o risco de interpretações significativamente diferentes.
- 90** O trabalho de asseguarção de informações contábeis históricas envolve três partes distintas: o auditor independente, a parte responsável da organização auditada e os usuários previstos.

Julgue os itens subsequentes, acerca do controle de qualidade da auditoria de demonstrações contábeis no setor público federal.

- 91** Independentemente das circunstâncias organizacionais, o auditor deve atentar-se à identificação, à avaliação e ao tratamento das ameaças ao cumprimento dos requisitos éticos relevantes, incluindo aqueles relacionados com a sua autonomia.
- 92** Os procedimentos são definidos como declarações do que deve, ou não, ser executado para tratar os riscos de qualidade e podem ser explícitos, mediante comunicações formais, ou implícitos, por meio de ações dos auditores.

No que diz respeito aos relatórios, às formas e aos tipos de auditoria, julgue os itens subsecutivos.

- 93** A adequação do objeto de auditoria depende do nível de asseguarção, ou seja, se o objeto não for apropriado para o trabalho de asseguarção razoável, ele também não será apropriado para o trabalho de asseguarção limitada.
- 94** O auditor deve modificar sua opinião se não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes.
- 95** As auditorias de balanço patrimonial, de exame de processos licitatórios e de análise da qualidade dos serviços públicos correspondem, respectivamente, aos seguintes tipos de auditoria: demonstração financeira, operacional e conformidade.

Julgue o item seguinte, relativo ao controle da administração pública.

- 96** O controle social constitui um modo de controle externo mediante o qual a sociedade civil organizada realiza a fiscalização da atividade estatal, em virtude do princípio da indisponibilidade do interesse público.

Julgue os próximos itens, de acordo com a Decisão Normativa TCU n.º 198/2022.

- 97** A remessa das peças que compõem o processo de prestação de contas a ser julgado pelo TCU deve ser feita mediante o sistema e-Contas, acessível por meio da plataforma de serviços digitais e de acesso a processos Conecta-TCU.
- 98** O relatório de gestão da unidade prestadora de contas, na forma de relato integrado, deve abarcar o diagrama da cadeia de valor, evidenciando macroprocessos e valor público gerado por eles, e do modelo de negócio.

Julgue os itens a seguir, referentes ao orçamento público.

- 99** As despesas de exercícios anteriores, por serem obrigações cujo fato gerador ocorreu em exercício encerrado, devem ser obrigatoriamente inscritas em restos a pagar não processados, desde que haja dotação disponível no exercício corrente.
- 100** Além dos princípios clássicos, como os de unidade e universalidade, o estudo moderno do orçamento público também se baseia em princípios como clareza, publicidade e exatidão, com vistas à transparência e ao controle social.
- 101** Os valores referentes ao imposto de renda retido na fonte incidente sobre rendimentos pagos pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios devem ser contabilizados como receita de transferências recebidas da União, uma vez que esse tributo é de competência federal e, portanto, exige registro como transferência intergovernamental.
- 102** Nas situações em que os restos a pagar não processados sejam referentes a fato gerador da obrigação ocorrido antes do término do exercício em curso, sem que se tenha procedido o estágio da liquidação, o impacto patrimonial da despesa com registro em conta de natureza orçamentária deverá ser reconhecido.

Julgue os próximos itens, relativos às classificações da receita e da despesa pública, de acordo com o Manual Técnico do Orçamento – MTO 2024. 17.1, e ao ciclo orçamentário.

- 103** As despesas resultantes de decisões judiciais transitadas em julgado que não possam ser enquadradas como precatórios, requisições de pequeno valor ou sentenças de empresas estatais dependentes devem ser executadas, de forma padronizada, no elemento de despesa 93 – indenizações e restituições trabalhistas, independentemente de sua natureza continuada ou da vinculação a rubricas de pessoal.
- 104** No âmbito federal, a tramitação da proposta orçamentária setorial no SIOP depende da atribuição do papel de Tramitador – Órgão Setorial – 65 (Papel) a usuário previamente designado, preferencialmente o subsecretário de planejamento, orçamento e administração, ou a autoridade equivalente com competência delegada para atos de gestão orçamentária.
- 105** A classificação funcional do orçamento público brasileiro atende ao disposto em tratados internacionais e às diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo regulada pelas normas da classificação das funções de governo (COFOG) para todas as esferas de governo, inclusive no que se refere ao planejamento da estrutura programática.
- 106** As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, por não representarem ingresso efetivo de novas receitas ao orçamento, são classificadas como ingressos extraorçamentários, de caráter temporário, cuja restituição independe de autorização legislativa.

Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a gestão das finanças públicas e dispositivos constitucionais orçamentários, bem como o que dispõe a Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsequentes.

- 107** De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 4.320/1964, a lei das diretrizes orçamentárias tem a função de fixar a despesa e estimar a receita da administração pública para cada exercício financeiro, servindo como instrumento da execução orçamentária e para efeitos de responsabilidade fiscal da administração pública.
- 108** Compete ao Poder Executivo federal consolidar as contas anuais dos entes federativos e emitir parecer prévio conclusivo sobre a execução orçamentária, incluindo-se os resultados da arrecadação em relação à previsão, as ações de recuperação de créditos e os balanços contábeis do exercício.
- 109** A dívida pública mobiliária compreende exclusivamente os títulos emitidos pela União e pelos estados, sendo vedada aos municípios a emissão de títulos representativos de dívida pública, por não possuírem competência para operações dessa natureza, nos termos da LRF.
- 110** De acordo com a LRF, considera-se renúncia de receita toda medida que resulte em tratamento tributário diferenciado com efeitos redutores sobre a arrecadação, incluindo-se hipóteses como concessão de isenção não geral, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, bem como alterações específicas de alíquotas ou bases de cálculo de tributos ou contribuições que impliquem redução discriminada da carga tributária.

Julgue os itens a seguir, relativos a capitalização e desconto, bem como a taxas de juros.

- 111** Uma taxa de juros compostos de 10% ao semestre é equivalente a uma taxa de juros simples de 20% ao ano.
- 112** Se uma operação render 20% ao ano em regime composto, a taxa proporcional mensal a esses 20% ao ano será igual a 0,20/12.
- 113** A equivalência entre duas taxas requer que se considerem a mesma base temporal e o mesmo regime de capitalização.
- 114** Quando uma taxa nominal é capitalizada mensalmente, a taxa efetiva mensal será maior que a taxa proporcional mensal.

Em relação a rendas uniformes e variáveis, cálculo financeiro, custo real e efetivo das operações de financiamento, empréstimo e investimento, bem como a taxas de retorno e taxas internas de retorno, julgue os seguintes itens.

- 115** Um fluxo de caixa com entradas e saídas distribuídas ao longo do tempo não pode ser comparado a outro fluxo apenas com base na soma dos valores.
- 116** Considere que uma fundação queira garantir uma bolsa de R\$ 3.000 mensais de forma vitalícia a partir do próximo mês, utilizando um fundo que rende 1,2% ao mês em juros compostos. Nesse caso, o valor mínimo necessário hoje para suportar esse pagamento perpétuo é de R\$ 250.000.
- 117** Se um título for comprado por R\$ 1.000 e seu valor de face for R\$ 1.050, com vencimento em 180 dias corridos, a taxa de desconto composta será inferior a 12% ao semestre.

Julgue os seguintes itens, em relação aos sistemas de pagamentos PRICE e SAC.

- 118** Em um financiamento pelo SAC, as parcelas de pagamento mensais permanecem constantes ao longo do tempo, pois a amortização é fixa.
- 119** Se uma empresa contrair um financiamento de R\$ 120.000 a ser pago em 6 parcelas mensais, com juros de 1,5% ao mês, pelo SAC, o valor da 2.ª parcela do financiamento será igual a R\$ 21.500.
- 120** Em um financiamento pelo SAC com 12 parcelas e taxa de juros de 1% ao mês, a soma total dos juros pagos será inferior ao valor pago em juros em um financiamento pelo sistema PRICE com as mesmas condições de prazo e taxa.